

(*) “***Hypertext*** is a term created by [...] Ted Nelson to describe non-linear writing in which you follow associative paths through a world of textual documents. The most common use of hypertext these days is found in the links on World Wide Web pages.”

Conceituando o ‘HiperAmbiente’.

Devemos compreender os meios eletrônicos como ambientes em si, que participam do ambiente dito ‘físico’ de maneira intrínseca. Se assim o é, o ambiente urbano dotado de meios eletrônicos é um ‘hiperambiente’, no sentido de que operamos nossa vida cotidiana guiados por elementos tele-presentes. Desempenhamos saltos presenciais quando participamos em uma conversa telefônica, quando acessamos a internet, entre outros exemplos.

No entanto, as mídias tendem a exigir atenção exclusiva, focada na visão e/ou na audição. O meio urbano hiperconectado é um hipertexto corpóreo, que não mais é ‘lido’ e ‘cruzado’ pelos olhos do usuário, mas trafegado, tocado, vivido e desenvolvido.

A noção de texto interativo, de Ted Nelson, capaz de ‘desempenhar’ tarefas e desenvolver conteúdos, é compatível com o ambiente urbano eletronicamente interativo em que vivemos. O ambiente eletronicamente interativo nos atende em uma série de coisas, assim como atendemos a ele em outras. A própria noção de ‘fundo’ ou ‘cenário’ – carga latente que a cidade tem – deixa de ser válida, exatamente porque passa a responder dinamicamente às nossas ações, assim como à passagem do tempo e às condições meteorológicas.

É indiferente o grau de acesso aos meios eletrônicos de comunicação: caso seu amigo lhe avise de algo que ele teve acesso, você teve acesso; mesmo sendo cego, surdo ou mudo. Isso se dá pela própria mediatização: a mídia é tida como mídia justamente por codificar as coisas em seqüências lineares de caracteres (binários ou não) ou pela transdução de impulsos, ou ainda pela utilização de representações figurativas – sendo que o grau de mediatização pode ser interpretado como crescente indo do último exemplo para o primeiro. Assim, ao codificar (virtualizar diria Lévy), você mobiliza, portabiliza, desterritorializa (diria Deleuze). Torna a entidade codificada (ou representada) passível de múltiplas aparições.

Ao mesmo tempo, a noção ‘substitutiva’, tão criticada por Lévy, e praticada por Mitchell, não cabe em uma proposição midiática e urbana conseqüente. Não podemos encontrar transposições dos mesmos elementos computacionais e telemáticos na cidade e vice-versa. São ambos parte de um ambiente complexo e variegado, descrito por Negroponte

como ‘granular’. No entanto, podemos perceber contaminações e ressonâncias. A ‘granularidade’ de Negroponte foi originalmente utilizada para descrever a composição de diversos dispositivos e tecnologias wireless no ambiente doméstico, mas pode muito bem ser reconhecida na composição urbana em que trechos abastados ficam contíguos a trechos de baixa renda, e estes se sucedem continuamente em uma recorte arbitrário de uma metrópole como São Paulo. A mesma força que faz com que o ‘centro’ e a ‘periferia’ saiam do território e passem a uma condição virtual, é aquela que induz à ‘granularidade urbana’, e também é perceptível quando analisamos o uso da telemática.

Quanto à mobilidade, podemos problematizá-la pelos impulsos em sua direção e o cerceamento que é imposto pela dinâmica disciplinar da cidade industrial. É importante notar que o sedentarismo urbano moderno mais aproxima-se daquele dos impérios que das pólis gregas e das vilas medievais. No que se refere ao contexto moderno, é de suma importância que o cidadão possua ‘endereço’, o qual funciona como ‘âncora espacial’: mesmo participando do tráfego urbano, ele retorna forçosamente ao seu domicílio. Denominamos esta técnica de cognição disciplinar a ‘tela-território’. (Vassão, 2002)

Com a emergência dos meios eletrônicos de inteligência (“tornar inteligível”), a cognição disciplinar pode alcançar o cidadão em seu tráfego, independentemente de um retorno periódico a uma ‘âncora espacial’. Assim, transferindo-se para uma esfera não-territorial o controle dos contingentes populacionais, o tráfego pode intensificar-se, mesmo em um contexto estritamente disciplinar. Deleuze denomina tal situação ‘sociedade mundial de controle’(Hardt). Denominamos o conjunto dos dispositivos e logística envolvidos nesta cognição virtualizada de ‘tela-virtual’.

O que consideramos como o “hiperambiente” é uma coleção numericamente extensa de dispositivos, lugares, protocolos, regras de conduta, cidades, ruas, estradas, domicílios, telefones, caixas eletrônicos, veículos de transporte, veículos de comunicação, etc., que dispõe um campo de interação social que transcende a contiguidade espacial e presença imediata como fundamentos do ambiente urbano. Do momento que conformam-se as ditas ‘comunidades virtuais’, as quais denominamos mais precisamente como ‘trans-locais’ – o usuário está, efetivamente, em algum local – a cidade deixa de se conformar como o espaço do convívio direto e das relações de vizinhança. Alguns dirão que tal contexto não é dado da telemática, mas sim da urbanidade moderna, a qual é fruto da desterritorialização do estado capitalista. Pois sim, Lévy já nos disse que o virtual não funda-se com o computador, mas encontra nele um suporte privilegiado. O mesmo ocorre com o hiperambiente. A desterritorialização que conformou a cidade moderna ficou um determinado período oclusa sob uma reterritorialização que manifestou-se nos endereços, vizinhanças, bairros, cidades,

regiões e territórios nacionais. Com a ascensão de uma lógica disciplinar eletrônica, a desterritorialização se expõe em seu devido grau, e se reterritorializa como uma constelação de dispositivos telemáticos pessoais e coletivos, que indicam não mais um endereço no território, mas um na virtualidade – email, carteira de identidade, número do passaporte, número do cartão de crédito, etc. – sendo o endereço no território, apenas mais um – e ainda o mais importante – dentre a miríade dos dispositivos de localização e identificação.

Este hiperambiente acelera os saltos entre virtualização e atualização. A presença física confunde-se com a tele-presença midiática. O tecido conjuntivo que permite tal entrelaçamento é o protocolo de mediatização. Para estar representado no universo digital da telemática, a entidade em questão deve antes ser convertida em uma entidade codificada, que passa a valer por ela neste ambiente. Ou seja, a participação em um contexto sobre-virtualizado, impele a uma codificação extrema dos entes participantes.

Surge uma dialética entre entidades que são presentes e as que são tele-presentes. A fisicalidade da vida é inegável. Assim como a virtualidade é inseparável da existência social humana, a qual Lévy denomina ‘inteligência coletiva’. O que se passa é uma sobreposição que detém novos critérios mas que, em si, não é nova. A eletrônica da massa tornada acessível via as interfaces para o usuário leigo cria uma camada palpável de virtualidade exacerbada no ambiente urbano.

Outro efeito da eletrônica do ambiente de convívio, possibilitando os saltos no hiper-espço da virtualidade, foi expor algo que alguns já consideravam um dado: que, para todos os efeitos, o espaço de vida coletiva humana pode ser considerado o mesmo que o ambiente urbano, mesmo naqueles locais que consideraríamos da esfera ‘rural’. Se, em nosso campo de interação, as distâncias são irrelevantes, também o são as proximidades ou afastamentos dos chamados núcleos ou pólos urbanos. E também se estamos em repouso ou movimento, ‘pousados’ ou ‘em vôo’.

Muito se falou dos efeitos similares dos quais foi capaz o transporte motorizado, tornando os critérios de vizinhança e proximidade relativos ao acesso, ou a falta deste, aos meios mecânicos de locomoção. É que os meios de transporte modernos operam uma virtualidade do local de forma incipiente, ir de um endereço a outro, de um ponto matemático do território a outro, em uma viagem mensurável e matematizável.

Mas há uma diferença crucial aí. Imaginava-se que a implementação de sistemas telemáticos impeliria a cidade a uma pulverização, como também a motorização faria o mesmo. O que aconteceu foi um impulso diferente de acordo com cada meio, de transporte e comunicação. A sobreposição de ambos criou as megalópoles: tais estruturas urbanas seriam inimagináveis sem um ou outro. Ao mesmo tempo a necessidade de proximidade física em

determinadas atividades implica nas viagens constantes. Por outro lado, a utilização de sistemas telemáticos esvazia determinados ambientes, previamente populados, da cidade contemporânea.

O debate quanto a se São Paulo é ou não uma cidade terciária – ou seja, predominantemente voltada para atividades de serviço e comércio – nos parece confusa se não contar com critérios que levem em consideração o papel da presença e da tele-presença. Em certos aspectos São Paulo e Tóquio fazem parte do mesmo tecido urbano, e o bairro do Morumbi contém três ou quatro países diferentes, pelo menos no que toca os indicadores sociais. A desterritorialização que os meios operam é dado incontornável para a compreensão de nosso contexto urbano. Se considerarmos o papel conjugado dos transportes e das telecomunicações, a conformação dos estados nacionais poderia estar em perigo. Assim como McLuhan nos explicita que a imprensa pode ter sido a responsável pela emergência das nações modernas – pelo alcance territorial e pela necessidade de controle sobre o território –, poderíamos conceber que os meios eletrônicos – que fazem parte do mesmo impulso à desterritorialização que os meios mecânicos de transporte – estariam levando-as à obsolescência.

Fala-se, hoje em dia, de ‘cidades mundiais’, ‘cidades globais’, ‘centros conectados’, etc., os quais fariam parte de uma rede global de cidades que contém serviços, amenidades, infra-estrutura e habitação que amparam a uma horda de empresários e operadores financeiros em tráfego constante pelo planeta, e que não saem de um circuito seguro de deslocamento: uma rede composta de nódulos como aeroportos, centros intermodais, hotéis, centros empresariais e de convenções.

Ao mesmo tempo, existe uma gigantesca área dos mares as quais não são navegadas senão raramente, assim como grandes parcelas da superfície terrestre que permanecem inabitadas e inexploradas. Isso não impede de que haja sido construída uma ‘ideologia do ambiente global’, que consiste em um modelo mental no qual o mundo nos parece um pequeno e totalmente conhecido planeta. Essa concepção de mundo é ainda amparada pela existência de tecnologias totalmente operacionais que viabilizariam sua efetivação, como o sistema de posicionamento global (GPS) e diversos sistemas de cartografia eletrônica, como os sistemas de informação geográfica (GIS).

Como diriam Deleuze e Guattari, as tecnologias da eletrônica e da codificação ‘estriaram’ (como que tornaram cognoscível) o espaço planetário. E o alcance do cidadão global seria, potencialmente, o mesmo dos sistemas que constituem essa parafernália de posicionamento matemático e de telecomunicação.

Guy Debord e os Situacionistas apresentaram outra forma de ‘construir’ a cidade. Perceberam que o modo como vemos a cidade é tão ou mais importante do que como ela é efetivamente construída, por que isto no faz agir sobre ela de maneiras diversas, de acordo com nossa percepção de como ela se constitui, do que nela é possível, adequado, desejável. Os meios eletrônicos de automação e comunicação são dados que interferem, no mínimo, neste estrato da urbanidade: a percepção. Mesmo que um sistema não seja implementado, sua mera proposição, sua existência no ‘mundo das idéias’ desencadeia um processo de resignificação do ambiente urbano. Ele passa a ter novas capacidades, novas características. Isso vale para as obras de arte e para a expressão artística – justamente o veio mais trabalhado pelos Situacionistas. Mas, em se falando de sistemas de informação, a procura em tornar inteligível o meio urbano por si só teria impacto sobre sua constituição.

O conjunto de sistemas que compõem a chamada ‘infra-estrutura urbana’ tende a ser redimensionado. As tecnologias da informação já são consideradas um serviço público, mesmo que em caráter experimental em alguns casos e em algumas localidades – como o *minitel*, na França – ou mesmo já estabelecido, como na onipresença da telefonia no mundo. No entanto, a proporção da população mundial – e paulistana, diga-se de passagem – que tem acesso aos sistemas mais sofisticados de troca de informações ainda é pequena e bastante concentrada em determinadas camadas sociais. Em boa medida, isso se dá pelo próprio estatuto dos dispositivos e sistemas de IT, pois são considerados serviços particulares na maioria dos casos. Mas também não é desprezível o papel da ‘impenetrabilidade’ das interfaces, do ponto de vista da população.

Quais seriam os dispositivos e interfaces capazes de fornecer o acesso do cidadão local e global à cognição e participação nos processos do ambiente que habita? Qual o papel dos meios de comunicação no cerceamento do comportamento da coletividade? Qual a potencialidade de contribuir para a aceleração dos processos urbanos que detém os sistemas pessoais de mídia eletrônica?

Estas perguntas fazem parte do questionamento que será desenvolvido pelo grupo de estudos “Mídia e Ambiente Urbano – referências e propostas”.

Fricção, encontro, trajeto e deriva.

Quanto ao espaço urbano de hoje, existe muita crítica a respeito da deterioração do espaço público. Desde os comentários mais superficiais da classe média, que reclama da violência e do medo decorrente, até os *situacionistas*, que propõem uma apropriação complexa e criativa do contexto urbano existente, de modo a subvertê-lo a partir de sua própria lógica espetacular (Jacques, 2003).

O situacionismo muito fez ao propor a deriva, o *detournement*, o urbanismo unitário, a psicogeografia. Mas não podemos reconhecer elementos da deriva e da psicogeografia nos ambientes dedicados ao consumo, denominados ‘centros de compras’ (*shopping centers*). Ali, encontramos tanto o “estudo dos efeitos exatos do meio geográfico, conscientemente planejado ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” assim como a “técnica de passagem rápida por ambiências variadas”, a ainda o “emprego conjunto de artes e técnicas que concorrem para a construção integral de um ambiente em ligação dinâmica com experiências de comportamento.” (Jacques, 2003, p.65).

Vemos, sim, uma versão debelada do situacionismo, na qual os elementos de poder – acesso à psicologia ambiental dos entes sociais – são preservados, mas não o aspecto experimental e participativo. Vemos a apropriação indébita dos elementos do situacionismo em prol de uma lógica espetacular, em uma ação digna de um desvio (*detournement*) situacionista.

A troca do elemento ‘participativo’ pelo ‘espetacular’ foi operação que só pôde ocorrer graças a algo estrutural nas vontades *situs*. Acredito que a vontade de declarar a deriva enquanto uma ‘técnica’ e, em seguida, sistematizá-la, falar sobre ela, compreendê-la de forma exata, ‘precisa’ (por mais irônica que fossem as intenções no momento de uso destas expressões), portanto: fazer ‘tecnologia’ – por si só disponibiliza a deriva para uma apropriação sobre-codificadora.

Isso foi uma decorrência de uma ‘teoria’ da deriva, mesmo subversiva, que carrega a possibilidade de conversão em opressão. O *cógito* lógico – palavra – incorre em uma abertura ao universalizante da ideologia do consumo. A eliminação dos itens experimentais, participativos, é simples operação logística.

Turismo

O encontro situacionista, a ‘situação construída’, depende de uma noção de seres urbanos individualizados, seres independentes, criaturas modernas, descoladas de tecidos sócio-espaciais mais coesos. A mesma fonte paradoxal de liberdade e controle que constrói o espaço de trocas monetárias, cria o ente individualizado, que apenas eventualmente participa de famílias, agremiações, empresas, amizades.

A criação consciente de ‘filos’ (*phylum* – Deleuze e Guattari), é uma operação contemporânea corriqueira e porta de acesso a uma sobrevivência social efetiva.

Falar da deriva como ‘técnica’ de vivência urbana é converter a experiência em espetáculo. Senão diretamente, pelos próprios situacionistas, por aqueles que vieram depois. Parte crucial é o ‘distanciamento presente’: a vida cheia de aventuras, de sabedoria, do

viajante incansável – mito contemporâneo. Todos almejamos ser ‘viajantes globais’. Turismo generalizado.

Ter família e filhos torna-se turismo, assim como amizades, vivência. O que, por sua vez, converte-se em moeda, em base de troca e inserção social.

Perder-se, ficar à deriva, deixa de ser uma operação na qual se entra sem saber por onde se sairá, mas sim uma operação necessária para o tráfego sócio-espacial.

Percebendo-se a inviabilidade de se conter a deriva enquanto ferramenta fundamental do ‘estar no ambiente’, converte-se ela em ferramenta de consumo, sendo o ambiente consumo.

Mapas

A noção de mapa é de suma importância para a epistemologia contemporânea. Ao se pensar a sobreposição entre urbanidade e sistemas de informação, entendemos que existe uma correspondência entre a organização logística da infra-estrutura urbana (vias, lotes, dutos, zonas) e sua representação informacional (sistemas de informação geográfica). No contexto paulistano, esta representação é incompleta e parcial. Uma série de reformas e melhoramentos urbanos sobrepõem-se e compõem uma realidade de fluxos (pessoas, automóveis, água, esgoto, energia elétrica, impulsos eletrônicos) que são apenas vagamente conhecidos pelas autoridades. Pesquisas como origem-destino e o ‘Mapa da exclusão’ são formas diversas de tornar cognoscíveis estes fluxos.

O resultado plástico destes levantamentos são convertidos em uma representação espacial (geralmente bi-dimensional) que explicita o que foi percebido no contexto concreto. Estes ‘mapas’ são sistemas parcialmente dinâmicos, exigindo atualização complexa e dispendiosa. Podemos imaginar uma sistemática de aferição em tempo real? Quais seriam os elementos disciplinares implícitos em tal sistemática? Quais seriam os agentes sociais e virtuais de tal sistemática?

A bidimensionalidade da maioria dos ‘mapas’ é uma decorrência da bidimensionalidade da superfície do planeta. No entanto, todo e qualquer mapa inclui uma multi-dimensionalidade a qual é tornada cognoscível por um sistema gráfico, o qual pode ser absolutamente formal ou então variável, de acordo com uso e o contexto de sua utilização e existência. Esta multidimensionalidade é expressão de outras variáveis ou qualidades as quais não podem ser expressas pela projeção em um plano de visualização de duas dimensões; e que podem ser desde variações no tempo das entidades mapeadas, ou então a terceira dimensão espacial (andares superiores e subsolo), até qualidades abstratas como nível de riqueza ou pobreza de uma determinada área.

A mapografia dinâmica seria um dos elementos de grande interesse e pertinência no desenvolvimento de interfaces entre o virtual e o ambiente urbano.

Comunidade

A participação da comunidade na gestão urbana depende de mecanismos eficientes de entendimento dos processos e estruturas urbanas. Quais e como seriam as interfaces que amparariam tais mecanismos?

Por outro lado, os meios eletrônicos fizeram emergir um descolamento de espaços e endereços específicos que rivalizam com o nomadismo ancestral. As comunidades móveis que estão praticando um vagar global utilizam uma miríade de dispositivos e sistemas de identidade que tornam possível tal fluidez. Quais e como seriam as relações (funcionais e conceituais) entre o local e o trans-local?

O choque entre a constituição do espaço urbano e seu abandono é um dos temas mais complexos e prementes em nosso tempo. Seu estudo inclui tanto os aspectos da interface (mídias interativas) quanto da construção física da cidade, passando pelas modalidades de vida móvel que as populações desenvolvem.

O corpo

A inegável materialidade do corpo encontrou um sistema de interfaces de grande riqueza (e insipiência) no que vêm sendo chamado de ‘computação vestível’ (‘wearable computing’). Esta tem sido uma das formas pelas quais a relação do indivíduo com o ambiente que o cerca começa a ser tratada no contexto das mídias eletrônicas no contexto urbano. Por enquanto, as interfaces de tais sistemas operam em âmbito experimental, e a relação entre os dispositivos, vestimentas, peso, mobilidade, ergonomia, enfim, todos os aspectos relacionados com a problemática são objeto de pesquisa dos laboratórios de computação, e não estão disponíveis em massa para a população no espaço urbano – apesar das muitas propostas comerciais muito alardeadas pela mídia especializada.

A chamada ‘realidade aumentada’ – uma modalidade de realidade virtual sobreposta ao ambiente construído, e não isolado dele, como esta – dependerá de algum tipo de computação vestível para que possa ser operada. Em ambiente controlado – armazéns, fábricas, aeroportos, hospitais, pontos de venda – vêm sendo utilizados diversos sistemas de computação móvel pessoal, dotados de graus diferentes de interatividade ambiental e cognitiva.

Tipologia espacial

A sobreposição de elementos da informática ao ambiente arquitetônico e urbano já foi denominada “inteligência”, como nas disciplinas do ‘edifício inteligente’ e ‘áreas urbanas inteligentes’. Do ponto de vista do urbanismo e da arquitetura, estas denominações pouco querem dizer além das áreas de atuação profissional e das indústrias tecnológicas que representam.

É necessário que seja questionada a tipologia espacial e ambiental que tal sobreposição gera. Os espaços comerciais e industriais vêm sendo crescentemente dotados de dispositivos variados que efetivamente alteram profundamente a natureza do ambiente em questão.

Bibliografia.

Mitchell, William J. *City of bits: space, place, and the infobahn*. MIT Press, Cambridge, 1995.

Internacional Situacionista. *Situacionista: teoria e prática da revolução*. Conrad, São Paulo, 2002.

Hardt, Michael. “A sociedade mundial de controle”, in *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. Editora 34, São Paulo, 2000.

Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Império*. Record, Rio de Janeiro, 2003.

Jacques, Paola Berenstein (org.) *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2003.

Andreotti, Libero. “Ludic practices of the Situationist Urbanism”, in *Zodiac Magazine*, 2001.

Internacional Situacionista. *Situacionista: teoria e prática da revolução*. Conrad, São Paulo, 2002.

Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia, vol.1*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1995.

Deleuze, Gilles; Guattari, Felix. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia, vol.5*. Editora 34, Rio de Janeiro, 1995.

Clarke, K.C. *Analytical and computer cartography*. Prentice Hall, New Jersey, 1995.

Castells, Manuel. *The informational city – information technology, economic restructuring, and the urban-regional process*. Blackwell Publishers, Oxford, 1994.

Tufte, Edward. *Envisioning information*. Graphics Press, Cheshire, Connecticut, 1990.